

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Data: 20 de março de 2025

Local: Auditório Administrativo do Samae de Jaraguá do Sul – Rua Erwino Menegotti, 478 – Bairro Água Verde

Horário: 14h00 às 17h00

1. INTRODUÇÃO

A Conferência Municipal de Saneamento Básico foi realizada com o objetivo de revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Jaraguá do Sul, alinhando-o às diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). O evento contou com a presença de representantes do poder público, sociedade civil, técnicos da área e demais interessados no tema. A conferência teve como foco principal discutir e propor melhorias nos eixos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

2. PROGRAMAÇÃO E DISCUSSÕES

A conferência foi dividida em várias etapas, com apresentações técnicas, discussões e respostas a questionamentos dos participantes. Abaixo, destacam-se os principais pontos abordados:

2.1. Abertura e Apresentações Iniciais

- Ana Carolina, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saneamento Básico, deu as boas-vindas aos participantes e apresentou o regimento interno da conferência.
- Sr. Onésimo, Diretor-presidente do Samae, destacou a importância da revisão do PMSB e os objetivos do plano, que incluem a universalização dos serviços de saneamento básico e a redução de perdas no sistema de água.
- César Arenhart apresentou a metodologia utilizada pela empresa Azimute Consultoria de Engenharia, responsável pela revisão do PMSB, que incluiu diagnóstico, estudos técnicos, análise de sustentabilidade, consulta pública e aprovação.

2.2. Abastecimento de Água

- Sr. Tuhã, Diretor Técnico do Samae, apresentou o status das obras de abastecimento de água, destacando que o município possui mais de 1.000 km de rede de água e que a porcentagem de perdas atualmente é de 30,9%. O Samae tem investido em manutenção preventiva e substituição de redes para reduzir essas perdas.
- Foram apresentadas metas de investimento, como a construção de um novo tanque de contato e a ampliação de reservatórios de água.

2.3. Esgotamento Sanitário

- O município possui quatro estações de tratamento de esgoto (ETEs), que atendem principalmente a área urbana. A ETE Centenário está em construção, com conclusão prevista para o final de 2026.
- Investimentos de mais de 100 milhões de reais estão previstos para os próximos dois anos, com o objetivo de expandir a cobertura do sistema de esgotamento sanitário.

2.4. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Sr. Deverson, Diretor de Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, apresentou o sistema de resíduos sólidos do município. O edital de concessão para a gestão de resíduos sólidos está em avaliação pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

- Foi destacada a importância da educação ambiental para aumentar os índices de reciclagem e a necessidade de investimentos em unidades de valorização e tratamento de resíduos.

2.5. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

- O sistema de drenagem urbana foi dividido em microdrenagem, macrodrenagem e manutenção. Foram apresentadas obras realizadas em diversos bairros, como Rinoldo Bogo e Parque Arena Jaraguá.

- A necessidade de investimentos em infraestrutura para mitigar riscos de alagamentos e enchentes foi destacada, com foco em soluções sustentáveis, como a recuperação de matas ciliares.

3. CONTRIBUIÇÕES E QUESTIONAMENTOS DOS PARTICIPANTES

Durante a conferência, os participantes tiveram a oportunidade de fazer questionamentos e contribuir com sugestões. Abaixo, destacam-se as perguntas e respostas:

Osmir Porath - Particular

Consideração: Por que a diferença entre metro cúbico até 10 metros cúbicos e 11 metros cúbicos é igual a cobrada?

Resposta: A diferença no valor cobrado entre o consumo de até 10 metros cúbicos e 11 metros cúbicos ocorre devido à aplicação de uma tabela tarifária progressiva, que estabelece valores gradativos por faixa de consumo. Essa estrutura tarifária tem como principal objetivo promover o uso consciente e sustentável da água, incentivando os usuários a manterem seus consumos dentro de limites mais baixos, o que é essencial para a preservação dos recursos hídricos. Além disso, a progressividade das tarifas permite uma distribuição mais equitativa dos custos operacionais, cobrando proporcionalmente mais daqueles que consomem em maior volume. Esse modelo também serve como uma ferramenta importante para o controle de perdas e para a sustentabilidade financeira do sistema de saneamento.

É importante ressaltar que a tabela tarifária do Samae não é definida unilateralmente. Ela é deliberada e aprovada pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, que atua para assegurar que os valores sejam justos, transparentes e em conformidade com as políticas públicas de gestão dos recursos hídricos. Dessa forma, a estrutura tarifária reflete não apenas a necessidade de cobrir os custos de operação e manutenção, mas também de incentivar práticas mais conscientes e alinhadas com a preservação ambiental.

Adriano da Fonseca - ACIJS

Consideração: Em relação à reserva de água, considerando os investimentos propostos, por que em novos loteamentos foi exigido pequenos reservatórios?

Resposta: Nos novos loteamentos, a exigência de reservatórios não está diretamente relacionada à reservação, mas sim à estabilidade da pressão nas redes de abastecimento. Em muitos loteamentos existem pontos onde a pressão disponível na entrada do loteamento não é

suficiente para atender todas as áreas, especialmente em locais mais elevados. Por isso, solicitamos a instalação de reservatórios para garantir o controle de pressão e a distribuição adequada de água. Além disso, essa medida contribui para a redução de perdas, que é essencial para atingirmos nossa meta de 25% até 2033. Assim, em loteamentos com pontos mais altos, os reservatórios tornam-se indispensáveis.

Karine Holler - AMVALI

Consideração: As metas do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Itapocu foram consultadas também?

Resposta: Sim, as metas do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu foram consideradas. No documento de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, há um capítulo específico dedicado à adequação do plano com os demais instrumentos, garantindo sua compatibilidade e alinhamento com as demais diretrizes.

Osmir Porath - Particular

Consideração: Onde está inserido neste plano de atendimento para encurtar distância entre o usuário e a contratante ou contratado?

Resposta: O edital de concessão de resíduos sólidos prevê que a concessionária disponibilize um ponto de atendimento físico, garantindo maior proximidade entre o usuário e a contratada. Esse ponto de atendimento tem como objetivo facilitar o acesso dos cidadãos, proporcionar um canal direto para esclarecimentos, solicitações ou reclamações e assegurar um atendimento mais eficiente e transparente.

Rafaela Hass Bonatti - ACIJS

Consideração: Previsão de atualização de manuais de esgoto e drenagem, oficialização e permissão de entidades e empresas privadas na participação para contribuição.

Resposta: Estamos finalizando a revisão dos manuais de esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem. Esse trabalho está em sua etapa final e inclui a atualização de diretrizes técnicas e normativas. Quanto à participação de entidades e empresas privadas, podemos estudar formas de oficializar e viabilizar essa contribuição de maneira estruturada. Pretendemos organizar reuniões com os loteadores para discutir as atualizações e abrir espaço para contribuições. Além disso, podemos avaliar a possibilidade de formalizar a participação de outros órgãos e instituições privadas por meio do Conselho Municipal de Saneamento, garantindo que o processo seja colaborativo e amplamente representativo.

Adriano da Fonseca - ACIJS

Consideração: Existe algum programa de preservação ambiental dos mananciais?

Resposta: Sim, em 2018, o Samae implementou o Programa de Revitalização da Mata Ciliar, voltado à preservação e recuperação ambiental dos mananciais. Na atual revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, há metas específicas na área de drenagem que incluem a retomada de iniciativas semelhantes para fortalecer a proteção dos recursos hídricos. É importante destacar que a AMVALI também desempenha um papel relevante nessa temática, colaborando com ações voltadas à preservação ambiental e à gestão sustentável dos mananciais da região.

Rafaela Hass Bonatti - ACIJS

Consideração: Estudo e previsão de ETA para atendimento nos bairros do Rio Cerro e Rio da Luz.

Resposta: Sim, essa demanda já foi identificada e está incluída nas metas de água do Plano Municipal de Saneamento Básico. Está prevista a construção de um reservatório de água na região do Rio Cerro, que será suficiente para atender às necessidades locais. Não há, no momento, a necessidade de construir uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA), pois o aumento da capacidade de reservação na área é suficiente para garantir o abastecimento adequado aos bairros Rio Cerro e Rio da Luz.

Solange V. Coutinho - Católica SC

Consideração: A Lei Ordinária 4302. Estabelece diretrizes sobre a gestão de resíduos da construção civil em Jaraguá do Sul. Este tema é abordado no plano de saneamento, não só no sentido de gestão de resíduos em canteiro de obras, mas também em um sistema de triagem e reaproveitamento desses resíduos, no sentido de obras públicas ou até de obras dos munícipes que não são executados por construtoras ou empreiteiras?

Resposta: É importante destacar que a gestão de resíduos da construção civil não faz parte diretamente do escopo do plano de saneamento básico. Esse tema é tratado de forma mais ampla no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos, que abrange diretrizes específicas para a gestão de resíduos da construção civil. É essencial fazer essa distinção, pois resíduos da construção civil não se enquadram como saneamento básico, mas sim como gestão de resíduos sólidos de forma integrada e intermunicipal.

4. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

As principais propostas discutidas durante a conferência foram:

4.1. Abastecimento de Água

- Ampliação da cobertura de água tratada para 99% da população até 2033.
- Investimentos em infraestrutura para redução de perdas no sistema de distribuição.
- Modernização do sistema de tratamento e ampliação da capacidade de reservação.

4.2. Esgotamento Sanitário

- Expansão do sistema de coleta e tratamento para atingir 90% de cobertura até 2033.
- Conclusão da ETE Centenário e desativação de sistemas isolados ineficientes.

4.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

- Fortalecimento da coleta seletiva e incentivo à reciclagem, com meta de recuperação de 68,26% dos resíduos urbanos até 2040.
- Implementação de unidades de valorização e tratamento de resíduos.
- Ampliação de programas de educação ambiental.

4.4. Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

- Mapeamento e diagnóstico atualizado da rede de drenagem.

- Investimentos em infraestrutura para mitigar riscos de alagamentos e enchentes.
- Implementação de soluções sustentáveis, como ruas permeáveis e recuperação de matas ciliares.

5. CONCLUSÃO E ENCERRAMENTO

As propostas discutidas serão encaminhados, através desse relatório, ao Conselho Municipal de Saneamento Básico que também será publicado na página eletrônica do município. O PMSB seguirá para aprovação no Conselho Municipal de Saneamento Básico, COMCIDADE, Câmara de Vereadores e, para sanção do prefeito.

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2025.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur

Deverson Simioni

Diogo Evandro Bauler

Leonardo Tasso

Morgana Decker

Ramirez Bordignon Antunes

Tuhã Schmitt do Evangelho

Onésimo José Sell